

Entrevista com o professor José Borzacchiello da Silva*

Geosul – Esta entrevista é com o Professor José Borzacchiello da Silva, que gentilmente aceitou o convite. Iniciamos pedindo para falar um pouco sobre sua vida, onde nasceu, sua família, os primeiros estudos e como despertou seu interesse pela geografia...

Prof. Borzacchiello – Eu sou carioca, nasci no Rio de Janeiro em fevereiro de 1945. Sou filho de imigrantes estrangeiros. Meu pai português de Viseu, migrou para o Brasil com 19 anos; minha mãe, americana, primeiro foi para a Itália depois migrou para o Brasil com 9 anos de idade. Eles se encontraram no Rio de Janeiro. Meu pai exerceu forte influência em minha escolha profissional, pois era distribuidor de leite na Zona Sul da cidade e tinha um amplo conhecimento do Rio de Janeiro onde identificava parte da memória urbana de Portugal. Uma cidade com muitos recortes, tanto do litoral como das montanhas e encontrava em alguns bairros identificação com a aldeia dele. Na passagem da infância para a adolescência, na leitura obrigatória do antigo ginásio, Machado de Assis, José de Alencar, tiveram também em mim, uma forte influência para a geografia urbana. Por exemplo, em “Senhora” de José de Alencar, reconstitui todo o percurso dos personagens. Na obra de Machado de Assis, a cidade do Rio de Janeiro aparece com frequência. O Rio, malgrado os períodos de ausência, é uma presença muito forte em mim. Esta influência me levou no curso superior a uma preferência pela geomorfologia. Fui um ótimo aluno de geomorfologia na graduação na Universidade

* Professor da Universidade Federal do Ceará. Entrevista realizada em 31/10/07 no Centro de Convenções da UFSC, com a participação dos professores Ewerton Machado, Sandra M. A. Furtado e Maria Dolores Buss. Texto revisado e autorizado pelo entrevistado (borza@secrel.com.br).

Gama Filho. Meus professores eram todos do corpo técnico do IBGE e a Gama Filho estava em uma fase áurea. Havia comprado uma fazenda e dois ônibus só para os trabalhos de campo. Tínhamos professores preparados na área de Geografia física. Os que eu me lembro com saudade foram Edgar Kullmann de Biogeografia, Alfredo José Porto Domingues, Carlos de Castro Botelho e Ary de Almeida, de Geomorfologia; estes três últimos do IBGE. Fui também aluno de Maurício da Silva Santos na disciplina de Geografia Regional. Era excelente. Dentre outras atividades ele fazia a formação de diplomatas do Itamarati. Era apelidado de Maurício do Instituto Rio Branco. Com excelente domínio didático já era naquela época muito reconhecido. Meu professor de Geografia Agrária e do Brasil, Maurício Coelho, também era do IBGE. A área mais fraca de minha formação foi a de Geografia Urbana, exatamente a que escolhi. Não dá para esquecer de meu saudoso professor de Prática de Ensino, Antonio de Souza Campos. Eu tive então, uma formação privilegiada. Ingressei na faculdade em 1966 e no terceiro ano, em 1968, teve a escolha das maiores médias das universidades do Rio de Janeiro, para fazer estágio no IBGE. Da Gama Filho, eu fui escolhido com outras colegas Clélia Porto Domingues e Ele-Nice. Da turma anterior tinha o Arthur, estagiário que auxiliava o Prof. Edmond Nimer. O estágio no IBGE torna-se um marco em minha vida. Lá vou construir profundos laços de amizade. No IBGE reencontro meu antigo professor de História e Geografia, José César de Magalhães Filho, que muito influenciou na minha escolha profissional. Na faculdade fui aluno em História Econômica, Geral e do Brasil do prof. Manuel Maurício de Albuquerque autor do livro “A pequena história da República”. Meus colegas de turma estavam todos no mercado de trabalho e tinham outros interesses. Eu, o mais jovem, iniciava-me no magistério em geografia.

Geosul – E como foi sua experiência no IBGE?

Prof. Borzacchiello – O IBGE foi extremamente importante na perspectiva do conhecimento. Você começa a dialogar com a sua

bibliografia. Foi algo muito rico na construção de amizade. Com Maurício Abreu e João Rua os laços perduram até hoje e já se vão quarenta anos.... Eram muitos os amigos da época como Ruy Erthal, Jorge Soares Marques, Dinorah, Dulce Pinheiro, Fátima Pimentel, Luiz Antônio, Socorro Diniz, Marcos Raul, Maria Alice, Sandra Baptista. O fato de eu chegar à presidência da AGB em 1986 tem a ver com José César Magalhães. Ele, agebeano histórico, foi responsável por minha iniciação na entidade a qual estou filiado desde 1966. No IBGE, além das atividades de rotina era também minha tarefa organizar a biblioteca da AGB-Rio. Não havia consciência que era uma AGB “chapa branca”. A questão da autonomia não estava posta. Nessa época a AGB-Rio e a AGB-São Paulo eram as que tinham o maior número de sócios. Em 1968, os movimentos sociais adquirem maior visibilidade. A passeata dos 100 mil é um bom exemplo. Foi um choque político muito importante em nossos corações e mentes. Participamos, de braços dados, técnicos, estagiários e funcionários. Foi um momento único. O IBGE era uma escola com várias matrizes: a geomorfologia era muito bem feita pelo IBGE; a geografia regional tinha seu forte sob o comando de renomados professores como Orlando Valverde, da regional norte; César Magalhães, do sudeste, Aloísio Capdeville Duarte, Roberto Lobato, Ilda da Silva e muitos outros sempre atentos e competentes. O meu trabalho em si era enfadonho: montar tabelas para a organização de obras sobre a divisão do Brasil em regiões polarizadas ou em microrregiões homogêneas. Tínhamos que dar conta de todo o Sudeste, Imaginem vocês em que consistia compilar dados de todo o estado de Minas Gerais! Organizar dados do Departamento Nacional de Produção Agrária: área total, lavoura colhida, lavoura permanente, temporária. Nós passávamos o dia todo ali. Mas não via continuidade. Os projetos não eram repassados, era uma divisão fordista de trabalho. Você não sabia bem do que se tratava, em que contexto seu trabalho estava incluído. O grupo de pesquisadores discutia os trabalhos e as prioridades, e aos estagiários cabia a execução das tarefas.

Geosul – Vocês eram os operários que trabalharam na divisão do Brasil nos anos 70...

Prof. Borzacchiello – E trabalhamos intensivamente. O ano de 1968 foi marcante para mim, abriu novos horizontes. Mesmo sendo estagiário do IBGE, mantinha vínculos com a diretoria da AGB, organizando cursos, trabalhos de campo e lá não havia discriminação entre profissionais e estagiários. Mas havia a cobrança de trabalhos. Eram tarefas que tinham que ser cumpridas. A experiência foi riquíssima. E os profissionais eram bem abertos até no plano social.

Geosul – E como se dá a sua entrada na AGB primeiro como aluno e depois como profissional?

Prof. Borzacchiello – Eu ingressei na AGB Rio, onde o prof. José César de Magalhães era uma presença forte. Também atuavam na AGB, Roberto Lobato, Lysia Bernardes, Elisa Mendes de Almeida. Todos do corpo técnico do IBGE. Data dessa época minha amizade com o Prof. José Bueno Conti, que perdura até hoje. Em 1971 vou cursar o mestrado na USP, quando intensifico meus vínculos de amizade com o Conti e travo contato com o grupo paulista da AGB, especialmente José Ribeiro de Araújo Filho, Rosa Ester Rossini e Manoel Seabra. A AGB em São Paulo era diferente da do Rio. Tinha uma estrutura acadêmica. Eram campos teóricos diferentes, com matrizes teóricas distintas. A meu ver, à AGB sempre coube esse papel fundamental: ponto de encontro destas diferentes abordagens, diversidade metodológica e múltiplas explicações, interpretações e análises.

Geosul – Mas não acha que a AGB era muito fechada naquela época?

Prof. Borzacchiello – Era reflexo da situação estatutária daquele momento histórico da entidade. Eram duas as categorias de sócios: efetivos e cooperadores. A crítica que eclodiu em 78 apontava para um possível mandarinato na estrutura de poder da AGB. Quanto à produção científica dizia-se que se fazia uma geografia “chapa

branca”, totalmente tutelada pelo Estado. Esta foi a grande crítica da Assembléia de Fortaleza, na qual fui secretário, no III Encontro Nacional de Geógrafos. Em 1978 começa no Brasil a discussão da redemocratização. A expressão dessa época foi o retorno dos exilados. Data de 78, a volta de Milton Santos. Foi um sopro de liberdade num contexto de opressão. Não sabíamos dimensionar o peso e a expressão que todo aquele movimento irá assumir. Naquele momento começa a se produzir na geografia trabalhos e pesquisas de cunho marxista, pois só então se começava a ter acesso a essa literatura. Voltando a 1969, a Faculdade de Filosofia de Londrina, posteriormente, UEL, envia ofício ao IBGE solicitando a indicação de um geógrafo para acompanhar trabalho de campo sobre o Rio de Janeiro e sua região. E acabou que fui indicado mesmo sendo estagiário. Eu era excessivamente carioca com reminiscências de uma memória de família estrangeira e de subúrbio, com contato forte com mineiros e capixabas. Meu avô tinha casas alugadas e todos os inquilinos eram mineiros ou capixabas e alguns eram estrangeiros.

Geosul – E onde era?

Prof. Borzacchiello – Parada de Lucas. Um loteamento que foi vendido como nova forma de morar e que atraiu alemães, italianos, franceses e austríacos; hoje, não há vestígio desses primeiros moradores que foram para o bairro nos anos 20 e 30 do século passado. Nossa casa era propriedade de meus avós, italianos. Também tinham portugueses no bairro, principalmente aqueles dedicados ao comércio, como meu pai, proprietário de uma padaria. Devido a essa vivência, o meu contato com os paranaenses foi também uma descoberta. O trabalho de campo, realizado com os alunos e professores de Londrina foi tão profícuo que tive até de ir junto com eles à divisa do Estado do Rio com São Paulo. Posteriormente, presentearam-me com uma viagem à Londrina, onde tomei conhecimento da realização de um concurso para professor.

Geosul – Em que ano foi para Londrina?

Prof. Borzacchiello – Fui para Londrina em 1970. Eu me formei em 1969, e em 1970, começo no ensino superior, professor em Londrina e em Arapongas. Nesta última, trabalhava na Faculdade Lasalista. Foi a descoberta de um mundo rural - o novo Paraná de grandes mudanças. Descobri no Paraná as cidades alinhadas nas cumieiras, um novo tipo de uso e ocupação do solo, o papel da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a rede urbana implantada pela Paraná Plantation criada pelos ingleses, e toda a gama decorrente da mesclagem advinda da presença de brasileiros e estrangeiros no processo de ocupação do Norte do Paraná. Foi um mundo novo que se descortinou e que me induziu à pós-graduação, em busca de explicações para o complexo quadro no qual eu me inseria e do qual começava a fazer parte. Em 1971 vou para a USP. Fui o primeiro carioca a ir para a área de Geografia Humana. É o início de um namoro que perdura e se renova até hoje, com São Paulo e mais especificamente com a USP. E fico nessa triangulação: o Rio como depositário de afetos e lembranças, uma experiência nova em Londrina com toda uma possibilidade de descoberta, e a pós-graduação na Faculdade de Filosofia da USP. Essa triangulação a partir de 1970 abriu um horizonte novo para mim.

Geosul – E aí vai trabalhar com a agroindústria...

Prof. Borzacchiello - Na USP vou trabalhar com a Profa. Léa Goldenstein, a quem devo rigoroso plano de leituras e renovação de bases teóricas. Em 1973 passo para a orientação da Profa. Maria Cecília França, presença constante e definitiva em minha vida acadêmica – exemplo de dedicação aliando profissionalismo e afeto. Foram tempos duros. Casamento, filhos, novas responsabilidades. Tinha que dar conta da manutenção da família, meu trabalho no magistério no Paraná e a pós-graduação na USP. A universidade não tinha plano de carreira, trabalhava-se muito e ganhava-se pouco, e tive que entrar na linha dos professores dos anos 1970, que são os conhecidos “professores do asfalto”.

Trabalhávamos em Cornélio Procópio, Londrina, Araçongas, Jandaia e Mandaguari. Eu só não trabalhei em Mandaguari.

Geosul – E quem eram seus contemporâneos de Londrina?

Prof. Borzacchiello – Eram Kumagai Kasuko, Yoshia Nakagawara, Rivaldo Pinto de Gusmão. Na UEL não trabalhei diretamente no Departamento de Geografia, e sim na Faculdade de Educação ministrando a disciplina Prática de Ensino de Geografia. Tenho as melhores lembranças de meu período na Faculdade de Educação. Diante de todo o universo que se descortinava para mim, eu, cidadão, urbanita, nascido e criado no Rio de Janeiro iniciei uma ligação com um temário novo e desafiante. Elejo para fins de dissertação na pós-graduação, a agroindústria como foco. Minha pesquisa “A agroindústria em Maringá”, me fez compreender melhor o pensamento inovador de Pierre Mombeig, em “Pioneiros e Plantadores”. Foi um período de muitas leituras, destacando-se teses e textos de Ari França, Nice Lecoq Muller, Maria Cecília França, Petronne, José Ribeiro de Araújo Filho, entre outros. Na época a construção teórica de uma dissertação baseava-se na fundamentação de texto. O aporte teórico a ser perseguido não tinha esse caráter que adquiriu nos dias atuais. Devíamos ler os autores que tinham tratado temas semelhantes buscando uma base mais ampla em livros consagrados. Li Paul Singer, Chico de Oliveira, Caio Prado Júnior, Celso Furtado. As pesquisas, levantamentos e trabalhos de campo eram longos e cansativos. A metodologia consistia em procedimentos extremamente sérios no que tange à coleta de dados, formulação e aplicação de questionários, levantamento de informações sobre a área de pesquisa e compreensão da presença dos processos estudados na área de produção. Concebi e confeccionei todos os meus mapas. Não havia computador nem calculadoras eletrônicas. Os principais instrumentos eram: máquina de datilografar, tesoura, cola, papel quadriculado, papel milimetrado, papel vegetal e mimeógrafo. Este trabalho ficou muito rico e até hoje é procurado, porque consegui estudar o encontro da frente pioneira paulista com a frente colonial gaúcha. A região de Campo Mourão

era uma zona de contato. Nesta época constatei o avanço da soja e vislumbrei de uma forma simples a emergência de Ponta Grossa como base concorrencial de Maringá com a COCAMAR e a construção da SAMBRA, em Ponta Grossa. Recupero a migração das máquinas de café, de arroz, e de milho, que seguem o rumo das frentes pioneiras, acompanhando o roteiro do café. Fico feliz em ver que uma tese escolhida como a melhor, em Presidente Prudente, cita o meu trabalho. A polaridade de Maringá vai dar esta força na agroindústria. Apliquei o método do Rochefort para as cidades, adaptando-o à agroindústria. E meu trabalho foi muito importante para a minha afirmação profissional. Fico em Londrina até 1975 e no final desse ano vou prestar serviço no Ceará. O Projeto Rondon estava no auge e a UEL, dentro do lema “integrar para não entregar”, ainda da época militar, resolve ter um campus avançado. Vou fazer parte do grupo que estudou a instalação do Campus e o Estado escolhido foi o Ceará. Quando fomos entregar o Relatório Final, indicamos que a instalação do campus deveria ser na Serra Grande, a da Ibiapaba, localizada a oeste do Ceará, na perspectiva de guardar similaridade, com a experiência londrinense. Era uma serra cafeeira que passou pelo processo do GERCA, grupo de erradicação do café, foi em seguida substituído pelo maracujá, depois pelo tomate e hoje é zona de cultivo de rosas. O diverso seria entrar em pleno semi-árido, na área do Jaguaribe, Limoeiro do Norte. Fui indicado para assumir a direção do Campus Avançado da UEL em pleno sertão cearense. E aí começa a minha migração inversa, indo morar no sertão nordestino, fazendo um trabalho de pesquisa e extensão. Foi um trabalho riquíssimo, uma descoberta inusitada, porque o Ceará para mim era um outro mundo.

Geosul – E aí vai para a UNIFOR...

Prof. Borzacchiello – Vou para a UNIFOR em 1977. Em 1975, fico no campus. Meu contrato era de um semestre lá em Limoeiro do Norte. Há uma manifestação de alguns membros da comunidade para eu lá permanecer; eles encaminharam para o reitor um documento solicitando para que eu permanecesse por mais um

semestre, o que mudou totalmente os rumos de minha vida. Quando do término de minha gestão no Campus, já estava totalmente apegado ao Ceará, não tive coragem de voltar para Londrina para pedir minha demissão. Com a opção de permanecer no Ceará, dei uma reviravolta em minha vida. Reinício tudo, partindo do zero. Em Londrina, na UEL era quase titular. Em Fortaleza, fiz concurso para uma universidade privada, a UNIFOR, onde fiquei de 1977 até parte de 1979. Em 1978 fiz concurso para a Universidade Federal do Ceará. Nesse mesmo ano defendi minha dissertação de mestrado, apesar de todas estas mudanças e interrupções. Em 1979 me submeto na UFC a novo concurso, agora, para professor assistente. Em 1981 fui selecionado para o doutorado. É momento de efervescência política no país. Em 1978 estava em Fortaleza e acompanhei toda a revolução teórica da geografia. Nesse ano escrevi um texto para o guia de excursões do encontro da AGB: “O baixo Jaguaribe, uma região em processo de mudança”. A minha surpresa na excursão foi quando vi a lista dos inscritos que quase me fez desistir: encabeçando-a estava Caio Prado Júnior, Orlando Valverde, um grupo de professores da Universidade de Tübingen, Vera Salazar Teixeira, e vários outros professores. Temeroso, face à notoriedade do grupo, recorri ao professor Orlando Valverde, solicitando que ele assumisse a coordenação da excursão. Mas ele foi enfático: já li o seu texto, esta região é seu feudo, e quem manda no feudo é você! Acompanhei todas as inovações que a chamada AGB de Fortaleza representou, mas também curti uma tristeza muito grande por algumas injustiças que foram feitas. No calor das discussões, geógrafos de grande dedicação à entidade foram vaiados. Algumas pessoas foram injustiçadas e outras até hoje, não se recuperaram, sentindo-se injustiçadas. Parece-me que a AGB teria que fazer um *mea culpa*, não por ter provocado um processo de mudança, buscando uma renovação teórica, metodológica e uma maior democracia, mas pelo não respeito às diferenças. Nesta busca criaram-se dissidências internas, a partir das diferentes leituras que

foram feitas. Acho que a ruptura foi positiva, mas um tanto exagerada.

Geosul – O que todos os geógrafos antigos falam não é o que foi feito, mas como foi feito.

Prof. Borzacchiello – Concordo. A conjuntura favorecia. E em qualquer quadro haveriam pessoas que sairiam magoadas. Eu conjugava com o processo de renovação, mas acho que poderia ter sido feito de modo mais suave, com mais ação e menos grito. E senti porque trabalhava muito próximo a essas pessoas, como os Professores José Cezar Magalhães Filho, José Bueno Conti e José Ribeiro de Araújo Filho que foi meu dileto professor em duas disciplinas na USP.

Geosul – Mas não acha que com todas estas ressalvas surgiram novas perspectivas para o geógrafo?

Prof. Borzacchiello – Não tenho dúvida. A geografia, assumia um espírito de corpo naquele momento, e um corpo muito mais amplo, um corpo que se reproduzia no interior dos departamentos, que dava voz a determinados sujeitos ocultos e amordaçados até aquele momento. Mas também acho que para eles emergirem não precisava, necessariamente, o ocultamento de outros. Poderia ter lugar para todos como acontece hoje. É claro que aquele momento, vamos dizer, revolucionário, machucou muita gente.

Geosul – E o seu vínculo com a profa. Maria Cecília França voltou depois quando da sua tese de doutorado?

Prof. Borzacchiello – Sim. Em São Paulo eu continuava com meus vínculos de pesquisa. Em Londrina dedicava-me ao magistério no ensino superior e no ensino secundário, pois para ser professor de prática de ensino tinha que dar aulas no Colégio de Aplicação. Posteriormente, meus vínculos de magistério foram com a universidade no Ceará. A USP é uma permanência. A profa. Maria Cecília França tem uma característica muito particular: é uma pessoa que abre muito as portas, é muito bem relacionada.

Ela trabalhava em uma linha que não persegui, a da Geografia das Religiões, e ganhou o prêmio Governador do Estado de São Paulo, da melhor tese em 1973, com o trabalho “Pequenos centros de religiosidade em São Paulo”. A USP é uma universidade extremamente aberta, e nela me sinto sempre muito bem acolhido. Desde 1971, quando fui para o Laboratório de Fotointerpretação dirigido pelo prof. Aziz Ab’Saber, também acompanhava os colóquios com a profa. Nice Lecoq Muller; segui o curso do Prof. Renato da Silveira Mendes, ocasião em que fui colega de turma de dois diletos amigos, Armando Corrêa da Silva e Helena Kohn Cordeiro. Tínhamos um grupo de amigos excelentes que depois foi ampliado com Sandra Lencioni, Amália Inês, Ana Fani, Amélia Damiani, Arlete Rodrigues, Odete Seabra, Ariovaldo Umbelino, Francisco Scarlatto, Gil Sodero, Adyr Rodrigues, Adilson Abreu e muitos outros.

Geosul – E pode-se dizer, com respeitabilidade, que o Ceará era um satélite da USP?

Prof. Borzacchiello – Quando iniciei o mestrado na USP havia mais de oito cearenses fazendo pós-graduação. Minha ida para a direção do Campus Avançado da UEL, em Limoeiro do Norte, no Ceará, provocou meu reencontro com esses colegas. Do reencontro, o aprofundamento de relações de amizades com a profa. Tércia Correia Cavalcante, parceira de muitas pesquisas, com as profas. Zenilde Baima Amora, Albanita Leitão, e Selma Facó. O Departamento de Geografia da UFC sempre manteve fortes vínculos com a USP e com a França. Amélia Alba Nogueira, uma das primeiras brasileiras a fazer doutorado em Strasbourg, exerceu forte influência na estrutura do curso, implantado em 1963. A bagagem teórica e metodológica francesa que ela trazia modelou, fortemente, nosso curso. Em 1974, foi a vez de Maria Salete de Souza, professora do Departamento, que retornava da França com seu doutoramento. Ana Carvalho, geógrafa da Bahia, lecionava Geografia das Indústrias e também tinha vínculo com a França. Este vínculo permanece. Temos um professor francês em

nosso quadro da pós-graduação, que vem todos os semestres, através de convênio. A geografia da USP reagiu fortemente à onda avassaladora da geografia teórica/quantitativa. O Departamento assumiu papel de trincheira de resistência. Foi um período de fortalecimento de vínculos de amizade com professores e colegas da pós-graduação da USP e momento privilegiado de travar contatos com geógrafos de várias cidades brasileiras que lá realizavam seus estudos. Em 1973 acompanhei um curso ministrado pelo prof. Carlos Augusto Figueiredo Monteiro sobre Clima Urbano. Foi revelador. Era uma nova vereda que se abria para a geografia. Neste curso a gente tinha que disputar lugar na sala com urbanistas famosos, arquitetos, economistas, vindos de toda a USP. Maria Cecília inicia também um novo campo para a geografia brasileira – A geografia das Religiões ou Geografia Religiosa. Foi aluna e tornou-se amiga de Guy Lasserre. Seu curso era fortemente pautado em textos de M. Sorre. Seus vínculos com a Universidade de Bordeaux, permitiam renovação constante da bibliografia que ela disponibilizava para nós. Suas experiências anteriores no magistério do ensino superior, aqui em Florianópolis e Rio Claro permitiram novas formulações para o estudo da geografia agrária e dos pequenos centros de função religiosa.

Geosul – E você trabalhou os movimentos populares em Fortaleza?

Prof. Borzacchiello – Eu cheguei à Fortaleza nos anos 70, já estava familiarizado com a cidade. Na capital, acompanho de forma direta os desdobramentos da emergência dos movimentos populares que ocorriam por todo Brasil; movimento contra a carístia, luta por direitos, movimento sindical. No campo da geografia, as bases teóricas quanto a esta questão, não estavam postas. Até então trabalhávamos com uma geografia em que a cidade era o pólo de uma determinada região, e quando trabalhávamos com o intra-urbano era a identificação de setores com uma geografia de bairros; o local era trabalhado na perspectiva do bairro. Quando surge o movimento da sociedade

que se manifesta no bairro esta imbricação do sujeito, o lugar adquire outra conotação da dimensão do sujeito, não o lugar com uma natureza ontológica própria. Ele só é lugar porque é condição de realização dos sujeitos sociais. Sob esta ótica, este lugar tem cheiro, movimento; pode ser bairro, setor, cidade. O centro da cidade é o ponto de convergência, é onde os gritos ecoam e têm repercussão. O Partido dos Trabalhadores sendo fundado, o movimento dos metalúrgicos, a organização dos trabalhadores, um clamor de democracia, o ingresso em uma sociedade de direito, a própria ausência da dimensão do direito. Tudo isto entra como novo e tem efeito muito grande sobre minha forma de conceber e fazer geografia. Parto à procura de um referencial na geografia e não encontro. Um dado importante que não falei, é que sempre dei aulas para o curso de ciências sociais, o que data desde 1971, em Arapongas, no Paraná. Essa experiência me permitiu um profícuo diálogo com meus colegas das ciências sociais, especialmente os das áreas de antropologia, ciências políticas, sociologia e história. Até aquele momento eles não elaboravam o conceito de espaço, não tinha esta dimensão de um espaço vivido, dinâmico, espaço era muito mais um depositário de objetos construídos. Para nós o conceito de espaço era um desafio. Questionávamos e buscávamos resolver questões de método que estavam postas para a geografia. Ao mesmo tempo, a realidade mostrava uma dinâmica sem igual. Vivía um momento de inquietações, de anseios. É nas cidades que os movimentos são mais dinâmicos. Daí eu passo a ter um interesse pelos movimentos sociais, vou buscar uma interlocução com a geografia e se não me engano minha tese foi uma das primeiras no Brasil enfocando este tema. Minha orientadora, professora Maria Cecília França, por uma questão de precaução, queria se prevenir quanto à geograficidade do tema abordado e solicitou ao prof. Manoel Seabra a gentileza de uma leitura crítica do primeiro rascunho da tese. Conhecido por seu profundo conhecimento e excessivo rigor, devolveu o texto devidamente anotado, com muitas correções e sugestões, garantindo antes de mais nada, tratar-se de tema eminentemente geográfico e que eu podia e devia ir em

frente sem medo nenhum. Defendo a minha tese em 1987 e a publico com o nome de “Os incomodados não se retiram”, em 1992.

Geosul – Mas no final da década de 80 o Ceará e particularmente Fortaleza estavam em um período de grande efervescência política...

Prof. Borzacchiello – Enquanto em Fortaleza Maria Luiza Fontenelle é eleita prefeita pelo Partido dos Trabalhadores, no governo do Ceará entra o grupo do CIC, Centro Industrial do Ceará, com Tasso Jereissati chegando ao governo do estado. E temos um alinhamento com este PSDB duro e uma linha *soft* na Prefeitura de Fortaleza. Mas o PT não tinha experiência administrativa e foram muitos os ataques e impedimentos para que a administração fosse bem sucedida. É no âmbito dessa efervescência que chego em 1987 à condição de presidente da AGB. E nesta AGB que foi desenhada a partir das bases de 1978, e que se aprimorou em 1982...

Geosul – Gostaríamos que comentasse um pouco sobre isto, já que pegou a AGB em um momento tumultuado em Campo Grande, com aqueles conflitos que houve e as tendências se explicitando mais e jovem para os padrões da AGB.

Prof. Borzacchiello – A juventude que você coloca e que eu aceito, é que eu era quase desconhecido num quadro de pessoas consolidadas no pensamento geográfico que emergiram em 1978 e que tinham uma prática de reunião da AGB com uma inovação que preservamos até hoje, a RGC, as reuniões de gestão coletiva, e estas reuniões exigem despojamento. Então participo de um momento conturbado em Campo Grande, com uma presença maciça de professores e alunos de vários departamentos – nós já tínhamos alguns cursos de pós-graduação, mas a voz principal era dos departamentos de ensino – era das seções locais da AGB. Nós aceitamos o embate, porque a AGB, antes de tudo, é uma construção solidária, e o que perpassa a AGB é a solidariedade.

Diferente de 1978, que foi disputa hierárquica, em 1986 foi uma disputa de iguais tanto na fala como nos direitos.

Geosul –1986 parece ter sido uma Fortaleza de menor tamanho, porque houve muita desconsideração com alguns. Por exemplo, o prof. Orlando Valverde ficou muito abatido e se sentindo incompetente diante daquele quadro que se apresentava.

Prof. Borzacchiello – Ele ficou muito abatido porque quando assumiu a AGB em 1984, no Congresso de São Paulo, não tinha a dimensão da dinâmica que a AGB atravessava naquele momento e que eclode em 1986, quando um grupo me procura e me chama para assumir, me dando o direito de compor a chapa. Fico na presidência, convido Carlos Walter para a vice-presidência, Vanda Claudino Salles como primeira secretária, Iraci Palheta para a segunda secretaria, Neugesila e Beatriz Ribeiro Soares para tesoureira e José William Visentini para ser coordenador de publicações. Montamos uma chapa imbatível. Foi um momento de forte efervescência de nossa entidade. Professores reconhecidos pediam a palavra e justificavam nossa candidatura. Tivemos mais de 86% dos votos. Tentamos costurar as divergências, mas nem todas foram possíveis, porque depois de um processo eleitoral ocorrem rupturas, e acho que fomos bem sucedidos, pelo menos as leituras analíticas consideram assim. O importante é que chegamos em 1988, em Maceió, num encontro tumultuado pelas chuvas ininterruptas que inundaram a cidade, deixando parte considerável da população na condição de flagelo. Vários espaços públicos foram ocupados como abrigos emergenciais, inclusive, o local que deveria sediar nosso evento. Foi muito difícil. Tivemos que administrar rápido esse contexto de crise e garantir a realização do evento. A competição continuava acirrada. Com o apoio do Colégio Marista, foi realizado o evento, vencendo uma situação de precariedade. Collor era o governador de Alagoas. Conhecido pela dificuldade que tinha de estabelecer uma interlocução, tentou driblar a comissão constituída para entrar no palácio e negociar a assistência aos flagelados e adoção de medidas científicas capazes

de apontar soluções para os graves problemas urbanos da cidade. Realizamos trabalho de campo com uma equipe especializada. Organizamos uma enorme passeata que além de mobilizar os participantes do evento contou com expressiva participação da população local e apoio da imprensa. Com faixas e cartazes denunciávamos o governador Collor que não tomava medidas a favor dos desabrigados. No plano da sucessão da AGB, conseguimos eleger a professora Arlete Rodrigues, numa aguerrida competição. Garantimos uma seqüência muito positiva para a entidade. Em Salvador elegemos nosso saudoso prof. Armando Correia da Silva, sucedido pela profa. Odete Seabra em 1992. Afirmo que foi um período de conquistas para a categoria e consolidação da entidade. Foi uma seqüência que ampliou o peso e a expressão da AGB, reafirmou a importância da Revista Terra Livre, que teve seu primeiro número lançado no final da gestão do professor Orlando Valverde. O compromisso que assumimos com a continuidade da revista e vemos com muita satisfação que ela firmou-se entre os melhores periódicos, sendo classificada como uma revista de padrão internacional. Eleitos na cidade de Campo Grande, tivemos que assumir dentre outras deliberações da Assembléia Geral o compromisso de realizar o evento “Fala Professor”, focado no ensino da geografia. Foi duríssimo, mas demos conta. Realizado em Brasília, o I Fala Professor foi o maior realizado até hoje por nossa entidade.

Geosul – Ali também foi importante a presença de Dinonet, e do Cristóvão Buarque que era governador e que deu todo o aporte para que o “Fala Professor” fosse um marco.

Prof. Borzacchiello – Claro que sim. Dinonet e toda equipe da seção Brasília, foram fundamentais. Entretanto, destaco o empenho de nossa diretoria. Todos se empenharam para garantir a realização e o sucesso do evento. Foram muitas as RGC's realizadas. À medida que nossa diretoria se firmava, a entidade se consolidava num trabalho de ampliação do número de seções e aumento do número de associados. Reafirmamos nossa posição junto ao

sistema CONFEA/CREA e na Comissão MEC/SESU. Foi um momento muito rico, marcado por discussões longas e as vezes tumultuadas entre os membros da diretoria e das RGC's. Crescemos todos, avançou a entidade.

Geosul – Saindo um pouco da AGB, gostaria que você falasse um pouco sobre a sua gestão como presidente da ANPEGE, eleito em 2003 aqui em Florianópolis. Esta entidade que também surgiu aqui, em 1993 e que elegeu o Milton Santos como primeiro presidente.

Prof. Borzacchiello – Aqui estou me colocando mais no plano do gerenciamento corporativo que é a AGB: embora já tivéssemos desde 1979 o reconhecimento da profissão, não tínhamos resolvido o problema do CONFEA/CREA em relação ao geógrafo bacharel e tínhamos uma pressão enorme para rejeitar o sistema CREA por parte dos professores. Mas já tínhamos um sistema de pós-graduação se consolidando e a AGB queria um braço além da AGB dos técnicos e bacharéis e AGB dos professores.

Geosul – Em Campo Grande nasceu a comissão da pós-graduação...

Prof. Borzacchiello – Estava no bojo da AGB. E se faz o primeiro seminário de pós-graduação em São Paulo, na USP, envolvendo vários professores e pós-graduandos. Lembro-me bem do empenho de Ana Fani, Sandra Lencioni. Ficava cada vez mais difícil garantir a presença da pós-graduação em geografia no interior da entidade. A AGB já não comportava uma gama de discussões. A ANPEGE surge então como um corte de dissidência e de hierarquia por parte de alguns críticos que diziam que a AGB era da estudantada e que pesquisadores estavam sem espaço na AGB, e então tinha que ter um fórum. E quando o professor Milton se elege para a Presidência da ANPEGE, do alto de sua representatividade política e científica, dá um caráter de legitimidade e não de dissidência. Este foi o grande salto político da ANPEGE. Em seguida a direção vai a Rio Claro com a Lúcia Gerardi, vai para São Paulo com o Ariovaldo, para o Rio com a Bertha Becker, chega a Florianópolis com a

Gerusa. E aqui eu assumo a direção. A ANPEGE foi uma nova vereda que se abriu para mim. Continuamos aperfeiçoando a ANPEGE, buscando maior relacionamento com os órgãos de fomento; no final da gestão chegamos a 32 programas de pós-graduação, hoje temos 38 e há uma necessidade de interlocução, de discussão de problemas, semelhanças, linhas temáticas. Temos que ter, como fizemos aqui com a geografia urbana, um maior conhecimento do perfil. Acho que a grande vantagem da ANPEGE é que ela dialoga com as áreas; e temos que ampliar esse diálogo.

Geosul – Queremos falar um pouco sobre o nordeste do Brasil. Vamos reeditar a SUDENE?

Prof. Borzacchiello – Eu sou totalmente contrário à reedição da SUDENE. Tem sentido se trabalharem políticas de desenvolvimento regional, mas não mais como um órgão regional. Estas políticas têm que sair do poder central e ter maior articulação das políticas dos governadores ou um órgão de controle de políticas públicas em uma descentralização que alcance a base municipal numa articulação com a base estadual, num recorte regional que não necessariamente o do Nordeste, pois a reestruturação produtiva inseriu novos recortes. Nos fóruns, alguns oficiais, que discutem a SUDENE eu sou dissonante e incômodo porque para mim a SUDENE se inscreve em um momento em que a geografia construiu um conceito que dava conta: uma geografia com base em François Perroux em que o espaço era o lócus das ações de desenvolvimento para a instalação de infra-estrutura, de equipamentos, e de serviços. Nesta perspectiva a gente compreende o espaço, a região e o desenvolvimento regional. O país nos últimos quinze anos mostrou a privatização do público, a emergência do conceito de território, que trabalha com fragmentos, não mais com totalidade. O espaço é um conceito totalizante e as políticas de desenvolvimento têm que ser totalizantes, e têm que atender a todas as demandas, principalmente às reprimidas, conceito que a SUDENE tinha assumido com Celso Furtado trabalhando a totalidade do Nordeste. Hoje, com o conceito de

território e as empresas trabalhando com a perspectiva da guerra fiscal, da transferência de alguns setores tradicionais do sul e do sudeste para o nordeste e que vai criar ilhas em arquipélagos que não se conectam. Trata-se daquelas ilhas que o Francisco de Oliveira enfoca no Elegia para uma (re)ligião, que eram as cidades portuárias que não se conectavam com o sul e o sudeste. Hoje as cidades estão, inclusive, interiorizadas, interligadas em uma dinâmica de rede e com uma interlocução nacional e internacional que independe do espaço em que estão localizadas. Isto consegue ser mais cômodo para a empresa e para o Estado. O que Tânia Bacelar trabalhou no desenho de uma SUDENE calcada no modelo anterior, por que não é implantado? Porque o Estado tem a plena noção dos custos deste desenvolvimento universalmente distribuído. Em nenhuma outra região do país, temos projeto algum que dê conta da totalidade. Seja o próprio PAC: ele trabalha com fragmentos. O FHC trabalhou com os eixos. Então não tivemos planejamentos totalizantes. Vejo que nós temos necessidade de órgãos de planejamento, mas nos moldes que a SUDENE tinha, não dá conta da realidade atual.

Geosul – Mas veja, que dos órgãos que emergiram das políticas do governo JK, a SUDENE para a geografia teve um papel muito importante, no conhecimento e o reconhecimento do território nordestino. Os diversos estudos desenvolvidos e com vários departamentos gerou um rico material bibliográfico.

Prof. Borzacchiello – De fato não se produziu nada até hoje idêntico ao GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). O Projeto Áridas, foi um deboche. O Nordeste do Celso Furtado é de sertão, agrário, que não tem litoral. O Nordeste de hoje é mais litoral. Litoral e semi-árido e o litoral desponta como uma espécie de república livre, solto, desprendido do escudo sertanejo. Foi-se o tempo que as políticas públicas tratavam o Nordeste como totalidade geográfica, histórica e cultural. O litoral é um território que margeia a costa, entrecortado por rodovias paralelas e transversais, seqüência de equipamentos como resorts,

hotéis, parques temáticos voltados ao turismo. São grandes empreendimentos consorciados com a modernização da rede aeroportuária e melhoria dos portos que se preparam para receber grandes transatlânticos em seus cruzeiros. O sertão que é uma unidade cultural socialmente construída é repaginado. Passa a ser denominado de semi-árido, voltado muito mais aos aspectos da natureza física, ao contrário do conceito de sertão construído e reconhecido como conjunção da capacidade de produzir espaço em ambiente, aparentemente inóspito - uma construção social. E por que não insistir com um conceito historicamente consagrado, o de sertão? Eu e mais três professores de meu departamento¹ organizamos um livro e colocamos o título: “Litoral e Sertão – natureza e sociedade no nordeste brasileiro”, publicado em 2006, pela Expressão Gráfica, de Fortaleza.. Por que não sertão no lugar de semi-árido? Hoje, percebe-se um interesse reduzido em relação ao Nordeste. Enquanto totalidade geográfica, o Nordeste praticamente desapareceu. Publiquei em 1999, um texto intitulado “Pelo retorno da Região”, no livro “Redescobrimo o Brasil”, da Bertrand Brasil², na qual discuto o paulatino ‘dasaparecimento’ do Nordeste enquanto totalidade e emergência de fragmentos, espécie de ilhas, produzidas pela inversão acelerada de capital e mais adequadas para serem explicadas pelo conceito de território. O Nordeste açucareiro é aquela porção da antiga região, percebida e discutida na perspectiva que sua configuração obedeceu ao sentido leste/oeste, partindo do litoral para o sertão. O contrário acontece com o Nordeste do agro-negócio. Trata-se de um Nordeste com sentido inverso. As mudanças ocorridas no Centro-Oeste brasileiro quanto à expansão da produção agrícola em áreas do Cerrado, principalmente com o cultivo da soja favorece um sentido contrário que avança de oeste para leste, provocando a formação de ilhas ou manchas verdes na superfície sertaneja de outrora. São porções que se desprendem do Nordeste tradicional, verdadeiros territórios

¹ Professores Eustógio Wanderley Correia Dantas, Maria Elisa Zanella e Antônio Jeovah de Andrade Meireles.

² Organizado por Iná Elias de Castro, Mariana Miranda e Cláudio Egler

marcados pela modernização, revelando tipos de equipamentos usados na exploração agrícola que não compunham a paisagem tradicional. O mesmo ocorre nas áreas irrigadas, exploradas pela fruticultura. É esse Nordeste dinâmico, que exponho no meu texto - um dinâmico que se contrapõe ao tradicional e o litoral, tratado de forma isolada, com políticas públicas de captação de recursos voltadas à inserção do Nordeste marítimo e litorâneo no rol das áreas de grande potencial turístico Daí esta leitura de SUDENE que tenho, sem menosprezar a necessidade de políticas públicas, não de inclusão social, mas o de desenvolvimento. Entretanto, um grande debate coloca em cheque o discurso do desenvolvimento. São muitos os teóricos que afirmam que da forma como ele foi formulado, não dá mais conta das premências sociais nesse momento da economia capitalista. Convivemos com o conceito de desenvolvimento revisitado, aquele que partindo da constatação da esgotabilidade dos recursos naturais e emergência dos grandes problemas ambientais, converteu-se em desenvolvimento sustentável, tornando-se o carro chefe das agências internacionais.

Geosul – E você acredita no desenvolvimento sustentável?

Prof. Borzacchiello – Acredito na insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável. Que é o título de uma tese de doutorado que orientei. Acredito nele como exigência das agências bilaterais que impõem o conceito exigindo que ele apareça em todos os projetos de pesquisa para fins de financiamento. Mas penso que em uma sociedade capitalista com extrema desigualdade, ele não deve ser totalmente desprezado. Deve ser perseguido, sabendo que dificilmente será alcançado. Será sempre um arremedo de desenvolvimento.

Geosul – Ainda tem uma pergunta que gostaríamos de lhe fazer, como geógrafo e pesquisador: e a transposição do rio São Francisco? Como vê esta questão?

Prof. Borzacchiello – Apesar de todas as vantagens eu sou amplamente contrário à transposição. Não comungo diretamente

com o discurso da Bahia e de Sergipe que vai comprometer a descarga do rio. Penso que não é por aí. Percebo como mais uma política pública, de alto custo, sem capacidade de dar resposta à grande demanda social. Quero deixar claro que não sou contra um projeto de transposição de águas, mesmo que seja água do Rio São Francisco. Antecede um programa em caráter de urgência voltado à revitalização do rio e uma discussão sobre a política distributiva da água. A transposição me lembra a política da SUDENE nos moldes analisados por Chico de Oliveira, quando escreve, com argúcia, inteligência e sagacidade sobre a trajetória e captura daquela agência de desenvolvimento. Ele discute os descaminhos do órgão a partir de sua captura pelo IAA, pelas oligarquias nordestinas. A água hoje é fonte de riqueza. No Nordeste vale bem mais. A água é fundamental para o agro-negócio. Em nome do povo e do pequeno produtor uma política de açudagem construiu enormes reservatórios de água no Nordeste. A água continua nas barragens. O agro-negócio necessita de grande quantidade de água. Nunca se falou tanto sobre sede e água. Na pauta de exportações do Nordeste, a fruticultura se destaca. O discurso sobre a Reforma Agrária, pautado no pressuposto da necessidade de terra para se plantar não tem a mesma visibilidade que tinha anteriormente. O discurso da atualidade tem seu foco temático construído em torno da água. A maior necessidade do Nordeste continua sendo terra para plantar. A questão da terra está posta, basta ver a agenda do MST. Entretanto, o que vale a terra sem água? Nesta direção, a política de transposição aparece conjugada com a discussão entorno da outorga da água. Questiona-se de que forma a água trazida de tão longe, a custos tão caros, vai ser distribuída? O que fica evidente: 1- água é um grande negócio para a construção civil, para as grandes empreiteiras, para a instalação do agro-negócio; 2 - estamos acostumados à elaboração de projetos socialmente legitimados, incapazes, porém, de dar as respostas socialmente esperadas, posto que são capturados em seu percurso.

Geosul – Também gostaríamos que comentasse um pouco como vê a geografia brasileira hoje.

Prof. Borzacchiello – Vivemos um momento fértil para a geografia brasileira e as perspectivas são as melhores. Sem dúvida nenhuma a consolidação da pós-graduação e a socialização das possibilidades de pesquisa se ampliam com a instalação de cursos em regiões até então impensadas. Estou aqui na Universidade Federal de Santa Catarina, instituição inovadora, onde a criação de um programa de pós-graduação consolidou a graduação dando respostas e atraindo candidatos de todo Brasil. A geografia brasileira vive bons momentos com sensível melhoria de qualidade da pós-graduação. Falta, entretanto, um diálogo maior com a graduação. Chegamos a um refinamento analítico. Os melhores professores são atraídos para a pós-graduação, e a graduação se prejudica pela falta de interlocução. Destaco o papel da ANPEGE, entidade legitimada pelos programas, capaz de reunir professores e pesquisadores comprometidos com o avanço de nossa ciência. Não se pode cuidar de um edifício e abandonar os alicerces. Outra questão que coloco é a supervalorização que atribuímos aos livros em detrimento dos periódicos. Essa opinião não significa desqualificação dos livros. O que pretendo destacar é a necessidade de reforçarmos nossos periódicos, melhorando sua qualidade, garantindo robustez e maior impacto ao nosso trabalho de investigação. Em muitos cursos de pós-graduação a sugestão de leituras só é pautada em livros, sem a indicação de periódicos. Não podemos esquecer que os livros não garantem periodicidade, eles se encerram em si.

Geosul – Agradecemos muito ao prof. Borzacchiello, por conceder esta entrevista durante a realização do X SIMPURB.

